



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

Apêndice I do Anexo I – Pregão Eletrônico nº 90004/2026 - UASG 158141

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS:

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Categoria do objeto serviços

Número da contratação 90004/2026

Número do processo no SIPAC: 23419.001290/2026-40

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO: Portaria PROAD/IFRS nº 38, de 18 de março de 2026.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Trata-se da necessidade da contratação de empresa que execute serviços continuados de vigilância, com mão de obra de dedicação exclusiva, com fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários, visando atender às necessidades da Unidade em Implantação de Porto Alegre Zona Norte do IFRS.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os seus padrões de desempenho e qualidade são definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado.

Os serviços se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão.

Da mesma forma, tais serviços são enquadrados como continuados, tendo em vista a necessidade de manutenção dos mesmos diariamente/anualmente e sem interrupções devido o funcionamento contínuo das instalações do IFRS. A interrupção destes serviços traria graves implicações na realização das atividades fins da instituição, ocasionado prejuízos à qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo IFRS e em alguns casos, prejuízos financeiros e possíveis danos ao patrimônio da instituição.

As empresas especializadas na prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva estão habituadas com as exigências para este tipo de contratação e oferecem seus serviços de modo a atender os requisitos e exigências do serviço público.

Ressalte-se que os serviços de vigilância a serem contratados são essenciais para resguardar a segurança patrimonial, bens móveis, imóveis, acervo patrimonial, bem como a documentação que tramita nas unidades e assegurar a integridade física da comunidade acadêmica. Também evitando



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

a depredação, violação, evasão e apropriação indébita de bens públicos, garantindo a ordem e a urbanidade, uma maior qualidade e segurança do atendimento a ser prestado.

Impera registrar, ainda, que a principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para garantir este objetivo, a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações. Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso dos serviços continuados de vigilância.

Os quantitativos listados abaixo para os serviços de vigilância, garantem o mínimo suficiente para atender esta unidade do IFRS, balizando-se pelo histórico da demanda dos campi da região metropolitana de Porto Alegre, garantindo o atendimento das necessidades da instituição e a otimização da utilização dos recursos orçamentários disponíveis.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CBO	UNIDADE	QTD/UNID
1	1	Serviços terceirizados de vigilância desarmada (diurno): 40 horas semanais diurnas - de segunda à sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante	5173-30	Mês	12
	2	Serviços terceirizados de vigilância desarmada (noturno): escala 12x36, 12 horas noturnas envolvendo 2 (dois) vigilantes	5173-30	Mês	12

4. ÁREA REQUISITANTE

Márcio Cristiano dos Santos - Siap 1676194 - marcio.santos@ifrs.edu.br

Coordenador de Administração e Planejamento da Unidade em Implantação de Porto Alegre
Zona Norte

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a) Será exigido que a empresa seja do ramo de atividade e com os devidos registros e autorizações de funcionamento demandadas pela legislação atual para a prestação dos serviços de vigilância orgânica patrimonial;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

- b) Qualificação mínima exigida para o cargo de vigilante: idade mínima de 21 anos; ter no mínimo a 4º série do ensino fundamental; conhecimentos básicos de informática e língua portuguesa (escrita e falada); cortesia no atendimento ao público interno e externo; ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da legislação; ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico. Profissional capacitado com experiência mínima de 01 ano na função, não ter antecedentes criminais registrados e, estar quite com as obrigações militares, quando for o caso;
- c) Atender atribuições da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO do cargo a ser contratado: 5173-30 - Vigilante.
- d) A necessidade da contratação será a vigilância desarmada, considerando o contexto atual de segurança pública e a necessidade de proteção eficaz do patrimônio, das instalações e da comunidade presente na Unidade. A vigilância desarmada tem o intuito de prevenir ocorrências nas imediações dos campi, como furtos, tentativas de invasão, vandalismo e outras situações que demandam capacidade de resposta imediata e dissuasão efetiva. A simples presença de vigilantes exerce um efeito preventivo significativo, inibindo ações criminosas e aumentando a sensação de segurança entre servidores, estudantes e visitantes..
- e) Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados (conforme IN 05/2017, Anexo VII-F, item 3.1. "a").
- f) O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- g) O fornecimento de mão de obra será em regime de dedicação exclusiva, contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- h) Não será permitida a participação de pessoa física, uma vez que a IN SEGES/ME nº 116, de 2021, estabelece que será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, "quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar". No caso concreto, percebe-se que pessoas físicas não atendem aos requisitos de qualificação econômico-financeira exigidos no edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

- i) Não será permitida a participação de cooperativas, visto que estas entidades não reúnem os requisitos necessários para o atendimento das necessidades da Administração. Conforme PARECER n. 00002/2023/DECOR /CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP /CGU/AGU, "...considera-se de difícil superação que as cooperativas, mesmo sob a lógica da nova lei, venham a participar de modo geral dos certames licitatórios para prestar serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características encontram-se bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021.
- j) Não será permitida a participação de consórcios, uma vez que estas entidades destoam das características essenciais de uma empresa gestora de mão de obra para prestação de serviços na Administração Pública, tornando impraticável a seleção do fornecedor de maneira isonômica no processo licitatório e também a gestão do contrato.
- k) Será adotado o instrumento de CONTA VINCULADA como mecanismo de diminuição de riscos da execução do contrato, conforme inciso I do parágrafo 1º do Art. 18 da IN nº 05/2017. 5.23.
- l) Por ser classificado como serviço comum, a contratação não envolve transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, nem licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
- m) Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
- n) **Quanto à Qualificação Técnico-Operacional:** Para fins de comprovação de capacidade técnica, será exigido que a empresa licitante apresente atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução ou a gestão de serviços de terceirização compatíveis com o objeto desta licitação, especificamente relacionados à vigilância orgânica. A experiência deverá abranger um período mínimo de 3 (três) anos, podendo ser referente a períodos sucessivos não contínuos. Não será exigida a comprovação de prestação ininterrupta no referido período. Tal exigência fundamenta-se na necessidade de assegurar que a empresa contratada detenha expertise suficiente para prestar o serviço com eficiência, segurança e qualidade compatíveis com as exigências institucionais. A administração entende que a experiência mínima exigida é essencial para garantir a seleção de um fornecedor com comprovada competência na gestão de contratos de vigilância, considerando-se a natureza sensível e estratégica do serviço. Adicionalmente, a empresa deverá comprovar que possui os registros e autorizações exigidos pelos órgãos competentes para atuar legalmente como prestadora de serviços de vigilância, conforme previsto na legislação vigente, em especial o disposto na LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024.
- o) **Quanto à Qualificação econômico-financeira:** Para comprovação da Qualificação econômico-financeira das licitantes será exigida a comprovação da boa situação financeira da empresa através da análise dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

Corrente (LC) e Liquidez Imediata (LI). Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) , Liquidez Corrente (LC) são exigências padrão do modelo de Termo de Referência da AGU. Entretanto, para esta contratação será incluído o índice de Liquidez Imediata (LI). O índice de liquidez imediata (LI) mede a capacidade de uma empresa em cumprir suas obrigações financeiras de curto prazo com recursos imediatamente disponíveis, como caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata. O mesmo será apurado pelo valor correspondente ao "disponível (caixa e equivalente de caixa)" dividido pelo valor do "passivo circulante". Um "LI" acima de 1 indica que a empresa tem recursos suficientes para honrar suas obrigações sem precisar vender ativos ou obter empréstimos. A exigência do LI como condição de habilitação garante recursos imediatos para iniciar e continuar a execução dos serviços terceirizados, minimizando o risco de atrasos, interrupções ou abandono de contratos. Além disso, contribui como medida de sustentabilidade social protegendo os trabalhadores, pois assegura que a empresa possa cumprir suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, evitando problemas como atrasos no pagamento de salários e benefícios, os quais têm aumentado no IFRS, trazendo prejuízos aos serviços contratados, aos trabalhadores terceirizados e aumentando os riscos de demandas judiciais trabalhistas. Portanto, a exigência do "LI" nos contratos administrativos terceirizados pelo IFRS é uma medida prudente e necessária que assegura a capacidade financeira das empresas contratadas para cumprir suas obrigações imediatas. Isso está em conformidade com os princípios da Lei 14.133/2021 e a Instrução Normativa MPDG 05/2017, promovendo a gestão eficiente dos recursos públicos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

5.1. Do Uniforme e EPIs:

A contratada deverá fornecer o uniforme e todos os EPIs necessários conforme especificidades do posto de trabalho:

A CONTRATADA deverá fornecer 01 (um) conjunto completo de uniformes ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 12 (doze) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Dos materiais e equipamentos exigidos para o posto de Vigilante:

A contratada deverá disponibilizar materiais e equipamentos para cada vigilante, durante toda a vigência do contrato, e quando necessária sua substituição em decorrência de desgastes ou falhas, uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme o mínimo a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

Relação de peças e quantitativos do UNIFORME/EPIs por Vigilante - 5173-30:

UNIFORMES E EPI'S	Unidade	Quantidade Anual
Calça de Uniforme, Tecido: 67% Poliéster e 33% Algodão	peça	2
Camisa Social Manga Curta, Tecido 67% Poliéster 33% Algodão	peça	3
Camisa Social Manga Longa, Tecido 67% Poliéster 33%, Manga longa	peça	2
Coturno/Botina: Reforçada, de cor preta	par	1
Jaqueta de nylon impermeável	peça	1
Blusão de lã	peça	1
Cinto de Couro	unidade	1
Boné	unidade	1
Capa de chuva	unidade	1
crachá	unidade	1
colete a prova de balas (uso comum)	unidade	1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

Crachá de identificação: o crachá é de uso obrigatório e deverá ser fornecido pela Contratada, sendo substituído em caso de qualquer defeito, não podendo em hipótese alguma o funcionário exercer suas atividades sem a devida identificação.

- EPI's: é de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os EPI's, individual ou coletiva, necessários aos trabalhadores que irão prestar serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança, além de providenciar o rigoroso treinamento de seus profissionais na execução dos serviços a serem desenvolvidos e seus aspectos de riscos.

Relação de Materiais e equipamentos - Uso comum para todos os vigilantes - CBO 5173-30:

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	Unidade	Quantidade Anual
Cassetete	unidade	1
Apito com cordão (1 para cada vigilante)	unidade	3
Livro de Ocorrência	unidade	1
Bastão controlador de ronda com software de instalação e gerenciamento compatível Sistema Operacional Windows e incluso 10 bótons para comprovação efetiva da realização das rondas.	unidade	1
Lanterna com bateria recarregável.	unidade	1
Radio profissional ou semiprofissional em UHF/VHF, com frequência mínima de 450MHz, antena, chip de cinto, bateria recarregável e carregador bi-volt (um por vigilante em serviço e um para o fiscal da contratante e um na secretaria)	unidade	2
Relógio Ponto - Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021	unidade	1

A Contratada além do fornecimento de mão de obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços obriga-se a:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Selecionar e preparar rigorosamente os colaboradores que irão prestar os serviços encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

- c) Verificar a agilidade no cumprimento dos serviços estabelecidos à equipe sob responsabilidade. Através da figura do preposto, distribuir as tarefas diárias, semanais, quinzenais, mensais, para cada posto de serviço, solicitar tabela/planilha de atividade por localidade e verificar a qualidade dos serviços executados no âmbito do IFRS - Reitoria.
- d) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- e) Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os por meio de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) quando necessários;
- f) Manter sediado, junto à Administração, durante os turnos de trabalho, funcionários capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- g) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até **10 (dez) dias úteis, após a solicitação à Contratada**. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- h) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
- i) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- l) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus prepostos;
- m) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- n) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- o) Registrar e controlar, juntamente com o fiscal da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- p) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- q) Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

SOLUÇÃO:

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- a) Foi verificada a existência de vários fornecedores para o fornecimento de mão de obra especializada para atender a presente contratação.
- b) Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais disponíveis no portal compras.gov.br, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas à contratação em estudo.
- c) O valor máximo para contratação será o valor final da planilha de custos correspondente a cada item da licitação. Para a formação da planilha de custos e formação de preços, tomar-se-á por base o salário da categoria conforme o cargo e a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) correspondente.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- A melhor solução encontrada foi a contratação de um posto de vigilância diurno de jornada de 40 horas semanais, de segunda à sexta-feira e um posto noturno na jornada 12x36, conforme tabela do item 3, por meio de empresas especializadas em gestão de mão de obra na área de vigilância patrimonial.
- A Administração avaliou as necessidades operacionais da Unidade em Implantação de Porto Alegre Zona Norte e concluiu que, no período diurno, a adoção de um posto de vigilância com carga horária de 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira, é suficiente para atender à demanda atual. Considerando que a Unidade ainda se encontra em fase de implantação, o fluxo de pessoas e atividades durante o dia é reduzido e previsível, não se justificando, neste momento, a adoção de escala diferenciada do tipo 12x36 para o período diurno. Por outro lado, no período noturno, a dinâmica da Unidade é distinta, pois não há circulação regular de servidores, estudantes ou público em geral, principalmente após as 22h. Em razão da ausência de movimentação e da maior vulnerabilidade das instalações, torna-se necessária a adoção de um sistema de vigilância contínua e mais rigoroso. Assim, a escala 12x36 para o turno noturno foi considerada a mais adequada, por garantir cobertura ininterrupta, maior efetividade na proteção do patrimônio e pronta resposta a eventuais ocorrências.
- Os profissionais terceirizados executarão as atividades rotineiras para o serviço, dentre as quais se destacam:

Principais atribuições do cargo de Vigilante:

- Assumir diariamente os postos, com pontualidade e devidamente uniformizados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

- Controlar, identificar, prestar informações, orientar e encaminhar o público interno e externo, nas dependências da Contratante; Realizar rondas; Controlar a entrada e a saída de pessoas, equipamentos, materiais e veículos, anotando situações fora da normalidade e informando eventuais anormalidades ao responsável da Administração;
- Obedecer às normas internas do órgão e o código de ética do IFRS;
- Zelar pela ordem, segurança e limpeza do seu local de trabalho;
- Zelar pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades;
- Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração;
- Abrir e fechar portas ou portões sob sua responsabilidade nos horários preestabelecidos e comunicar imediatamente à Administração, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração e outros de interesse, para o bom desempenho das atividades;
- Anotar ocorrências e assinar diariamente o livro de ocorrências referente ao seu posto de trabalho; Registrar a frequência através do relógio ponto;
- Permanecer no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- Repassar para o vigilante que está assumindo o Posto, quando da rendição, todas as informações relevantes, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- Notificar à Administração, a existência de lâmpadas queimadas, luzes acesas, equipamentos ligados ou danificados, portas e janelas abertas, vazamentos de água ou gás, informando condições que afrontem a segurança;
- Comunicar qualquer anormalidade verificada e todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio da Instituição;
- Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Contratante, no caso de desobediência;
- Exercer vigilância e segurança em todas as áreas internas ou externas dos prédios, com rondas e rotina em todas as dependências, vias de acesso, garagem e pátios, nos horários estabelecidos.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

Os quantitativos estão dispostos no item 3.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado da contratação será de R\$ 272.616,60, conforme consta na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Nº de postos	Valor TOTAL Mensal (R\$)	Valor ANUAL (R\$)
1	1	Item1 (diurno): 40 horas semanais diurnas - de segunda à sexta-feira	1	7.225,03	86.700,36
	2	Item 2 (noturno): escala 12x36, 12 horas noturnas envolvendo 2 (dois) vigilantes	1	15.493,02	185.916,24
TOTAL DA CONTRATAÇÃO				22.718,05	272.616,60

*Valores referentes às planilhas de custos elaboradas pela administração.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Para os postos de serviço de vigilância diurna e noturna será feito 01 (um) grupo, composto pelos 02 (dois) itens, por se tratar de serviços da mesma natureza e para facilitar a execução dos serviços e fiscalização do contrato na Unidade.

Desta forma, entende-se estar ampliando a concorrência no certame, além de facilitar a gestão do contrato e a execução dos serviços.

Justifica-se a não utilização de catálogo eletrônico de padronização em atendimento ao art. 19 § 2o e art. 40 da Lei 14133/21, visto que, em consulta ao PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), não consta o item da presente contratação, restringindo-se a itens que não possuem semelhança com o que está sendo contratado neste processo.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações correlatas.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação está alinhada e prevista na Ação 20 RL de Manutenção e Funcionamento das Instituições Federais de Ensino, da Lei Orçamentária Anual.

Demanda prevista no PDI 2024-2028 - O1 - Fomentar infraestrutura adequada a todas as unidades do IFRS.

PLANEJAMENTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Diretoria de Licitações e Contratos

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A solução escolhida: contratação de serviços de vigilância desarmada para os turnos diurno e noturno atenderá plenamente a necessidade da administração, permitindo a prestação dos serviços durante todo o período de funcionamento da instituição.

O agrupamento dos itens, posto diurno e noturno é recomendado pela legislação e facilitará a gestão do contrato. Com a contratação por posto de serviço, a solução dos problemas ocorrerá de forma imediata.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- Realizar o processo de licitação para a contratação de empresa especializada na gestão de mão de obra para atender a presente demanda.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- Consultamos o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em sua versão mais recente e não foram encontrados critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação.
- A presente contratação está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável do IFRS, disponível em (<https://ifrs.edu.br/?s=plano+diretor+de+log%C3%ADstica+sustent%C3%A1vel>).

VIABILIDADE

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 9º da IN 58/2022, da SEGES/ME.

Quanto aos demais requisitos previstos no artigo supracitado e que não são de observância obrigatória, entende-se que não são inerentes a essa contratação e, portanto, não serão abordados.

16. RESPONSÁVEIS

- Requisitante: Márcio Cristiano dos Santos, SIAPE 1676194 - Coordenador de Administração e Planejamento do Campus Implantação de Porto Alegre Zona Norte;
- Membro da equipe de planejamento: Flávio Werle de Camargo - SIAPE 2730981 - Reitoria;
- Membro da equipe de planejamento: André Marek, SIAPE 2982915 - Reitoria;